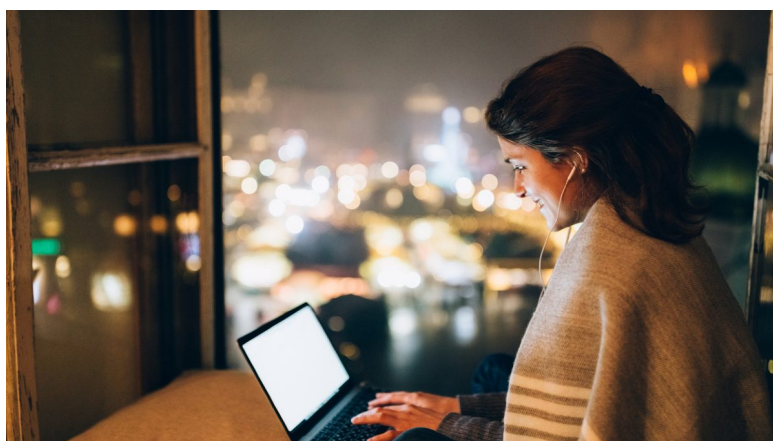

Eurodeputadas pedem medidas concretas de apoio às mulheres no trabalho

Quinta-feira, 11 Junho 2020

CARLA BERNARDINO

Medidas de proteção às mulheres e impedimento de acesso a fundos europeus são propostas de eurodeputadas e para empresas que recusem contratar das mulheres



Chegam já **ecos das primeiras denúncias de empresas que preferem arrear as mulheres das novas contratações** por anteciparem a possibilidade de elas **ficarem mais em casa com os filhos do que os homens durante a pandemia**. As instituições estão a alertar para um retrocesso de igualdade de género, tal como **António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas**, chamou à atenção em entrevista recente à RTP1.

Após **denúncias relativas à fragilidade das mulheres** no mundo laboral feitas ao **delas.pt**, eurodeputadas portuguesas explicam o que pode ser feito a partir de Bruxelas.

Sandra Pereira, eurodeputada do PCP e membro da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Género (FEMM), revela ter questionado **“recentemente a Comissão Europeia sobre o impacto da COVID-19 na vida das mulheres”**.



“Consideramos que, num quadro excepcionalmente difícil como é o atual, têm de ser **apresentadas medidas adicionais, no plano económico e social, para mitigar os**

impactos na vida das mulheres e das suas famílias, impedindo um agravamento das suas condições de vida e de trabalho, como parece estar a acontecer”, refere Sandra Pereira, por escrito.

A eurodeputada diz estar a procurar **“saber que medidas extraordinárias estão a ser consideradas em articulação com os Estados Membros**, no plano laboral e de segurança social visando a defesa dos direitos das trabalhadoras, dos seus postos de trabalho e salários”.

A eurodeputada pelo PSD **Maria da Graça Carvalho**, também elemento da Comissão FEMM, considera que as **maiores ameaças às mulheres e que chegam por via desta pandemia se prendem**

com “a **violência doméstica, maior precariedade e salários mais baixos na vida laboral e a maior exposição das mulheres à doença**”, por serem as principais cuidadoras e estarem em maior número na linha da frente de combate ao Covid-19.

Sobre a vulnerabilidade laboral a que as mulheres parecem já começar a estar sujeitas, a eurodeputada considera que “**tem de haver uma penalização para as empresas que fazem isso** [afastar mulheres das contratações] e, **entre as sanções, impedir o acesso a fundos públicos**”.



[Fotografia: Global Imagens]

Maria da Graça Carvalho diz que é preciso “deixar claro que **esse tipo de políticas não está em linha com as políticas europeias**, pelo que as **empresas não podem ter acesso a políticas públicas**”. Crê mesmo que “**basta este tipo de sanção para**

chamar à atenção de que não é possível ter este tipo de atitudes, que partem de princípios errados e estereotipados de que as responsabilidades familiares só podem estar a cargo apenas das mulheres e não podem ser partilhadas com os homens”.

Violência doméstica e isolamento

Para lá das **políticas de conciliação da vida familiar e profissional, da quebra de rendimentos**, dos **direitos que estão a começar a ser ameaçados**, ambas eurodeputadas **concentram também atenções e esforços num problema concreto: a violência doméstica**.

Sandra Pereira alerta e “pergunta se haverá apoio aos Estados-Membros na implementação de medidas que previnam a violência doméstica sobre as mulheres e famílias em contexto de isolamento social e se estão a ser pensadas ações para evitar que mulheres sejam empurradas para **situações de pobreza extrema e depois caiam em redes da prostituição**”.

Maria da Graça Carvalho fala na necessidade da existência de “linhas de apoio, de redes” e sublinha que “está a ser preparado, no Parlamento Europeu, uma iniciativa sobre as consequências do Covid-19 nas questões de género, a sobrecarga de trabalho em casa, **a violência doméstica e a maior exposição das mulheres à pandemia”.**

Um trabalho cujos resultados podem vir a ser conhecidos em **“setembro ou outubro”.** No que diz respeito à **violência em contexto de intimidade, a eurodeputada social-democrata fala em “linhas específicas para onde as mulheres podem ligar, redes e apoios”.**

O eurodeputada comunista Sandra Pereira reitera a apresentação recente de “um projeto-piloto intitulado *“Violência Doméstica – Prevenção, reincidência e avaliação dos agressores nos países europeus”*, que se foca na **violência doméstica, mais concretamente no agressor”.**

O grupo parlamentar quer que **“a informação sobre a sinalização e monitorização do agressor pelas autoridades competentes em cada país seja reunida e disponibilizada,** permitindo que, através de medidas específicas, **possa evitar-se uma nova agressão,** seja de uma vítima já sinalizada ou de outra, e, em última instância, a morte”, refere Pereira. Considera que este “estudo” pode vir a ser “um instrumento fundamental para a reflexão e a **elaboração de diferentes estratégias a implementar e que deverão reduzir o número de casos de violência doméstica”.**